

**Situação actual e perspectivas futuras
do Museu Nacional de Arqueologia,
à data da tomada de posse do novo director
(Outubro de 1996)**

0. Justificativo

A realização de planos e relatórios de actividades, para além de há muito constituir norma de conduta estabelecida no quadro dos organismos públicos que sucessivamente foram tutelando o actual Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos (MNALV) e de ter sido recentemente reforçada tanto por disposição governamental (Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro) como pelas orientações dimanadas da Exma. Senhora Directora do Instituto Português de Museus, através do ofício-circular de 4 do corrente mês de Outubro, representa uma obrigação especialmente oportuna no momento em que se verificam alterações de direcção susceptíveis de conduzir à definição de novas prioridades, ou ao relançamento das já existentes. Tal é o que se passa com o MNALV no presente momento. Sendo numerosos, e de grandes implicações para o futuro, os pontos de reflexão em aberto, torna-se necessário percorrê-los a todos, de forma extensiva, mas suficientemente detalhada para lhes garantir a necessária contextualização no âmbito da história da instituição, estabelecendo os contornos actuais, prevendo os desenvolvimentos imediatos e finalmente traçando as perspectivas de evolução a mais longo prazo.

Encontramo-nos, pois, na ocasião exacta de proceder a um levantamento dos problemas existentes e das perspectivas para a sua melhor solução. Um momento em que, quer os funcionários do Museu e seus colaboradores mais próximos, quer os serviços e responsáveis da tutela, quer a comunidade arqueológica nacional, todos, se sentem animicamente dispostos, mais do que nunca, a contribuir para que a instituição entre numa nova fase da sua existência, marcada por um desiderato maior: reconstruir um verdadeiro Museu Nacional de Arqueologia nas instalações actualmente ocupadas, rentabilizando-as ao máximo, alargando e diversificando as áreas expositivas.

Desde os inícios dos anos 70, com a desmontagem das antigas galerias de exposição permanente, reconhecidamente desactualizadas em termos científicos e museográficos, que o MNALV deixou de cumprir a sua mais importante missão - dar a conhecer a nacionais e estrangeiros, população escolar, especialistas e público em geral, os traços essenciais da ocupação



humana do território que hoje é Portugal, desde os primeiros povoadores, até aos alvares da nacionalidade. Uma primeira tentativa nesse sentido, feita em 1989, com a inauguração da galeria “Portugal: das Origens à Época Romana”, veio a gorar-se, com o seu encerramento em 1992. Existem agora condições para que de novo se perspetive em termos estratégicos o MNALV, na esteira daquelas que foram as intenções e realizações do seu fundador, José Leite de Vasconcelos, e dos seus sucessivos directores, funcionários e colaboradores. É um grato dever a que nos decidimos consagrar, em sua memória e ao serviço do País.

Das considerações anteriores, resulta a justificação do presente relatório. A sua estrutura interna decorre do mesmo tipo de preocupações. A condicionante maior que hoje se levanta ao desenvolvimento futuro do MNALV, qualquer que ele seja, é a das opções a tomar em matéria de instalações. Dedicamos por isso um **primeiro capítulo** a esta questão. Ela tem subjacente alguns documentos essenciais relativos à definição de um programa museológico para o Museu (“Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia”) e aos projectos de arquitectura (“Estudo global para a remodelação do Museu Nacional de Arqueologia”) aí referidos, os quais constituem peças a consultar separadamente. Depois, qualquer museu é, antes de tudo, aquilo que forem as suas colecções. A gestão destas (inventário, organização, arrumação e conservação) é objecto de um **segundo capítulo**. Às colecções arqueológicas (e etnográficas) propriamente ditas, acrescem no MNALV os importantes fundos documentais reunidos ao longo dos anos. Englobados no sector de biblioteca (o Museu o possui a mais importante biblioteca do seu género em Portugal), eles serão tratados no **terceiro capítulo**. Uma vez abordadas as questões de maiores implicações a médio e longo prazo e de referidos os serviços vegetativos básicos da instituição, traça-se no **quarto capítulo** um programa de actividades expositivas a curto e médio prazo - programa que poderá sofrer as adaptações convenientes à execução das opções de fundo que vierem a ser adoptadas em matéria de instalações. Como se compreende, nenhum programa expositivo, especialmente num “museu científico”, isto é, num museu ligado intimamente a uma determinada disciplina científica, a arqueologia neste caso, pode ter pleno êxito se não for acompanhado de edições e actividades de acção cultural que o completem e abram janelas na direcção dos diferentes públicos. É disso que tratam os **quinto e sexto capítulos**. Finalmente, a título de “considerações finais”, referem-se no **sétimo capítulo** os problemas mais imediatos relacionados com os recursos humanos e materiais imprescindíveis à concretização do programa museológico expresso nos pontos precedentes.



1. Instalações

1.1. Antecedentes

A procura de novas soluções para as instalações do MNALV é uma questão velha de décadas. Sem recuar até à data da fundação, quando a sala, logo depois duas salas, onde foi inaugurado, em dependências da Academia das Ciências de Lisboa, se mostrou incapaz de conter o acervo entretanto recolhido, a ponto de o Governo ter decidido atribuir-lhe as instalações dos Jerónimos que ainda agora ocupa, pode dizer-se que ao longo de toda a sua história sempre o MNALV se tem debatido com problemas de falta de espaço e/ou de difícil adequação dos espaços disponíveis aos requisitos da museologia arqueológica. É certo que o desafio sentido depois da transferência para os Jerónimos, em 1903, permitiu ao fundador e primeiro director do Museu, José Leite de Vasconcelos, reunir grande volume de colecções e dar forma a um percurso expositivo extenso, concebido pluridisciplinarmente, como era seu objectivo. Todavia, com o passar do tempo, tornava-se progressivamente patente a necessidade de actualização dos modos de operar e dos discursos museográficos do Museu.

Este facto, que Manuel Heleno pôs em evidência ao fazer o ponto da situação encontrada à data da sua tomada de posse nos anos 30, acentuou-se notavelmente em consequência da vocação que o Museu entretanto adquirira e o segundo director tornou definitiva: o “Museu do Homem Português” que Leite de Vasconcelos concebera, no quadro do pensamento oitocentista, convertera-se irresistivelmente em Museu de Arqueologia, dando resposta à especialização científica entretanto ocorrida internacionalmente e à própria evolução nacional separada das diferentes disciplinas envolvidas na concepção inicial, designadamente da etnologia e da arqueologia. Uma tal evolução, teve óbvias consequências na definição dos serviços que o Museu deveria prestar ao País. Num quadro geral de grande amadorismo, a instituição aparecia aos olhos de Manuel Heleno como o único local onde seria possível construir um bastião de profissionalismo, tanto no plano da investigação arqueológica conducente à obtenção de novas colecções e ao estudo das antigas, como no plano das mensagens expositivas a transmitir aos diferentes públicos, dos quais se privilegiavam os estudantes de todos os graus do ensino. Daqui resultaria, inevitavelmente, a questão das instalações. E data desta época o primeiro projecto de edificação de novas instalações, de raiz, para o Museu, as quais estiveram previstas, e chegaram a ter espaço reservado na Cidade Universitária, precisamente no local onde na actualidade se encontram alguns pólos da Faculdade de Ciências de Lisboa. Os cerca de 7000 m² que Leite de Vasconcelos conseguira obter, nos Jerónimos, mostravam-se já então (anos 50) diminutos, desadequados às ambições da instituição. O novo Museu seria concebido para conter cerca de 40000 m² de serviços internos e áreas expositivas.



Abandonado o projecto, porventura demasiado audacioso e eivado de concepções imperiais, da época de Manuel Heleno e feitas nos anos 60, durante o mandato de D. Fernando de Almeida, algumas melhorias pontuais na distribuição de espaços e nos discursos museográficos do Museu, a verdade é que cada vez se tornava mais evidente a constatação de que o Museu precisava de profundas remodelações, com consequências no domínio das instalações. Para o efeito promoveram-se viagens a museus congéneres estrangeiros, acumulando-se experiências e amadurecendo-se a ideia da necessidade de novas instalações.

Com a revolução de 1974, a problemática das novas instalações conheceu outros desenvolvimentos, agora mercê da pressão exercida pelas autoridades navais, as quais tinham já conseguido anteriormente retirar ao Museu um segmento da Ala Poente do piso térreo, para aí instalarem a entrada do Museu de Marinha, e agora se viam reforçadas por resolução do Conselho da Revolução que estipulava a afectação àquele Museu de todo o espaço dos Jerónimos ocupado pelo MNALV. Passando por fases especialmente conturbadas de gestão e direcção, o Museu não reagiu a estes circunstancialismos - que também não produziram efeitos pela evolução política ulterior do País.

No entanto, a resolução referida continuava a ser ocasionalmente invocada pelas autoridades navais e poderia, aliás, ser vantajosamente explorada pelo MNALV, na perspectiva da obtenção de novas instalações. Por isso, ao tomar posse da direcção do Museu em 1980, logo Francisco Alves estabeleceu como preocupação primeira do seu mandato a retoma do já então velho “dossier” das novas instalações. Ao fazê-lo dava continuidade à convicção de que as actuais instalações ocupadas pelo Museu não dispunham das condições necessárias (quantitativas e qualitativas) para albergar um verdadeiro Museu Nacional de Arqueologia, nos termos em que modernamente tal tipo de instituição deveria ser concebida, à dimensão da riqueza arqueológica que unanimemente se reconhece ao nosso País. Nomeada nova comissão, reflectiu-se uma vez mais sobre o conceito de Museu pretendido, elaboraram-se programas museológicos e organogramas, esboçaram-se anteprojectos de arquitectura, observaram-se edifícios disponíveis (Cordoaria Nacional, na Junqueira; zona do Parque do Monteiro-Mór, onde se pretendiam localizar alguns museus, como depois veio a acontecer com os Museus do Traje e do Teatro) e procuraram-se espaços alternativos, que em alguns casos chegaram a ser incluídos nos planos directores municipais (Alto da Ajuda, onde hoje se situam instalações da Universidade Técnica de Lisboa; terrenos devolutos no Alto do Restelo). Mas nada passou do papel, dados os investimentos vultuosíssimos que a construção de novas instalações, de raiz, necessariamente implicaria.

Paralelamente, o Museu passava nestes anos (1980-1985) por grande reorganização interna do seu acervo. A perspectiva de novas instalações a curto ou médio prazo, fazia concentrar todos os esforços na preparação de colecções para futuras exposições, muito mais exigentes e amplas do



que todas as anteriores. Vítima da acumulação de tensões internas e da nunca satisfeita consciência da necessidade de mudanças, que desde os anos 70 já tinham levado ao encerramento da sua antiga exposição permanente, aberto apenas para mostras temporárias, o Museu manter-se-ia fechado ao público, na esperança de que quando abrisse, o fizesse já em condições e espaços inteiramente novos.

Com o passar do tempo tornava-se todavia claro que dificilmente haveria condições para concretizar, no horizonte desta ou da próxima geração, o projecto de novas instalações que todos almejavam. E a verdade é que o Museu continuava encerrado, perdendo cada vez mais sentido social e força de diálogo. Foi, pois, tomada a decisão de investir nas actuais instalações o mínimo que permitisse abri-las de novo, com exposição que representasse uma mostra daquilo que constitui o mais importante e insubstituível serviço que uma instituição desta natureza pode e deve prestar ao público: dar a conhecer a nacionais e estrangeiros aquilo que foi a ocupação humana no território hoje português, desde os primeiros povoadores, até aos alvares da nacionalidade. Assim surgiu a chamada “galeria de exposição permanente” inaugurada em 1989: “Portugal: das Origens à Época Romana”. Todavia, ao invés do que se pretendia, esta exposição não teve o efeito de reforçar a necessidade de levar por diante o “dossier” das novas instalações. Bem pelo contrário: fez atrair mais os olhares dos poderes de tutela para o magnífico cenário arquitectónico disponível e, no quadro da fugacidade de mensagens e mediatização social acentuada em que vivemos, fez com que quase se resumissem os planos de futuro do Museu à sucessão anual de “grandes exposições” naquele mesmo espaço. Foi assim desmontada, contra a opinião da direcção do Museu e da generalidade da comunidade arqueológica, a supra-referida “galeria de exposição permanente”, sem cuidar de no imediato lhe encontrar espaços alternativos. E foi definitivamente abandonada a perspectiva da edificação de instalações de raiz, em qualquer outro local.

Chegados aqui, mesmo se continua a haver unanimidade em considerar que mais tarde ou mais cedo a problemática das novas instalações há-de colocar-se, concluímos todos os que prestamos serviço no MNALV que as actuais instalações serão aquelas com que teremos de contar nas próximas décadas. Nesta conformidade, deram-se desde o princípio dos anos 90 alguns passos para rentabilizar ao máximo os espaços já disponíveis e encontrar outros que os completassem e dessem coerência global ao conjunto das instalações potencialmente utilizáveis. Uma primeira medida tomada foi a de, com os bons ofícios do Instituto de tutela, ter finalmente resolvido uma velha aspiração, indispensável a qualquer projecto de rentabilização futura das actuais instalações: a afectação ao Museu da chamada “Torre Oca”, que pertencia ao Museu de Marinha. Uma vez garantido este requisito, pôde então dar-se seguimento à fase de projecto em que ainda nos encontramos: os técnicos superiores do Museu procederam à revisão dos programas museais anteriores, tendo apresentado a sua perspectiva actual de um “museu ideal”, já adaptada às instalações potencialmente disponíveis (“Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia”). Simultaneamente, o Instituto de tutela procurou



quem pudesse tecnicamente proceder ao levantamento das virtualidades das mesmas instalações, fazendo-as render na sua máxima utilização. Para o efeito, foi contratado numa primeira fase o arquitecto Chuva Gomes e, mais tarde, os arquitectos Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro. Estes últimos procederam já a um levantamento das instalações e à proposta de soluções para o seu melhor aproveitamento.

No momento actual, parecem, pois, adquiridos os seguintes dados:

- a) a perspectiva da construção de novas instalações, de raiz, para o MNALV, embora não deva ser totalmente abandonada, numa perspectiva ideal a longo prazo, não deve também condicionar a tomada de medidas a curto e médio prazo, na base da máxima rentabilização das instalações actualmente disponíveis;
- b) acresce mesmo que, depois dos levantamentos feitos pelos arquitectos Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, se tornou admissível conceber aquilo que, durante décadas, pareceu impensável a gerações sucessivas de técnicos do Museu e arqueólogos em geral: a viabilidade de incluir um certo “museu ideal” dentro do “espaço real”;
- c) encontram-se, pois, reunidas as condições para que, uma vez definida a total consonância entre a equipa de arquitectos e o Museu (a qual acaba de ser confirmada em reunião havida já depois da tomada de posse do actual director do Museu), se concluam rapidamente os contactos entre o Museu, o Instituto de tutela e os arquitectos, de modo a obter acordo quanto ao projecto de arquitectura e afectação de espaços a adoptar;
- d) uma vez obtido este consenso, torna-se indispensável esclarecer:
 - d1) qual a previsibilidade para a efectiva execução do projecto aprovado, tendo designadamente presentes os custos envolvidos;
 - d2) quais os faseamentos de obra mais adequados, no duplo pressuposto de que nunca durante este processo o Museu deve ser totalmente encerrado ao público e que seria da maior importância avançar a curto prazo para o alargamento das áreas expositivas, através da abertura de espaços de exposição permanente;
 - d3) e finalmente, qual o grau de empenhamento superior no mesmo projecto, que realisticamente só pode ser encarado se for incluído entre as grandes opções da política cultural do actual ministério.

Assim, feita a sinopse histórica expressa nos parágrafos precedentes, passamos a discriminar as opções que a nosso juízo se apresentam no presente momento.



1.2. Programa estratégico de remodelação de espaços

O “Estudo global para a remodelação do Museu Nacional de Arqueologia” (constituído até ao presente pelos documentos “Relatório Preliminar: possibilidades, impossibilidades e discussão estratégica” e “Hipótese de distribuição dos espaços de serviço e apoio”¹), a que acima se fez referência, apresentado pelos arquitectos Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, estabelece, nas suas linhas gerais, a afectação de todo o corpo principal do edifício (piso térreo e piso superior, alas nascente e poente) a exposições. A chamada “torre oca” passaria e funcionar como elemento central de articulação entre as diferentes áreas do Museu. As duas torres adjacentes à “torre oca” seriam ocupadas pelo auditório, serviços de direcção e biblioteca (torre nascentes) e por cafetaria e serviços técnico-administrativos (torre poente). Os blocos adjacentes à nave principal, situados na zona nascente (bloco de escadas e bloco com a sala “Tesouros da Arqueologia Portuguesa”) seriam inteiramente reconvertidos, criando-se neles pisos intermédios. Ficariam aqui instaladas reservas e todos os restantes serviços internos do Museu. Finalmente, criar-se-iam caves na “torre oca” e no bloco de escadas, as quais estariam em ligação com um espaço igualmente escavado no subsolo, situado no pátio interior, actualmente desaproveitado.

A ser possível dar cumprimento à totalidade deste projecto, incluindo os espaços a criar no subsolo do pátio interior, destinados prioritariamente a zonas de estudo de colecções e reservas, a área total utilizável situar-se-ia próximo dos 10000 m² brutos. Este número serve inteiramente aos requisitos constantes das “Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia”, documento de referência quanto ao desejável perfil museológico e institucional do Museu no futuro próximo, o qual apontava para necessidades de espaço dessa ordem de grandeza.

Se, todavia, for impossível dispor das áreas a criar no subsolo, colocando as reservas em parte dos blocos destinados aos serviços internos, então dispor-se-ia de uma área total de cerca de cerca de 7000 m², sensivelmente inferior à desejável. Neste caso, haveria que reconsiderar algumas das distribuições de espaços sugeridas, designadamente ao nível de áreas para o estudo de

¹Um terceiro e mais decisivo documento foi já produzido pela equipa de arquitectos indicada. Do mesmo apenas foi todavia dado conhecimento ao actual director numa reunião realizada em 30 de Outubro passado, não havendo por enquanto qualquer cópia arquivada no Museu. Embora a explicação oferecida tivesse permitido verificar o acolhimento de anteriores reservas emitidas, e, por isso, tivesse permitido estabelecer um acordo completo entre o Museu e as propostas dos arquitectos, torna-se neste relatório impossível referir com detalhe o citado projecto final, por impossibilidade da sua consulta detalhada.



colecções e alguns fundos documentais de consulta condicionada (caso do Legado do Doutor Leite de Vasconcelos).

Existe portanto, como se verifica, alguma margem de opção que decorre do projecto global que vier a ser superiormente aprovado. Todavia, os condicionamentos maiores que toda a problemática da reestruturação das instalações coloca para o futuro próximo do Museu, prendem-se com:

- perspectiva de calendarização da obra, desde que iniciada, até à sua conclusão;
- seu faseamento, depois de iniciada

1.3. Faseamento da obra - opções em alternativa

O longo percurso de procura de novas instalações para o MNALV teve como consequência que, desde a desmontagem das antigas galerias de exposição, nos anos 70, nunca mais o Museu readquiriu a dimensão que o seu acervo justifica e o público exige. Este facto agravou-se sensivelmente com a desmontagem em 1992 da galeria de exposição permanente inaugurada em 1989. As sucessivas incertezas quanto às opções de fundo a seguir em matéria de instalações têm, ano após ano, vindo a perpetuar a situação de uma notória carência de oferta em matéria de espaços e mensagens expositivas. Importa romper urgentemente com este impasse. Dois cenários se apresentam, a este propósito:

- a) ou as obras de fundo são iniciadas a curto prazo (no horizonte máximo de três anos) - e neste caso justificar-se-ia condicionar quaisquer inovações de áreas expositivas ao faseamento daquelas obras. A ser assim, o escalonamento de prioridades de intervenção no Museu poderia ser o seguinte:
 - a1) arranjo da “Torre Oca”, torres adjacentes e salão central do Piso Superior, de forma a constituir o eixo de circulação central do Museu e inaugurar a respectiva área, juntamente com o espaço indicado na alínea seguinte;
 - a2) esvaziamento completo da Ala Poente do Piso Superior (transferência de serviços, desmontagem de gabinetes de trabalho, etc.), por forma a nela instalar um primeiro bloco de “núcleos temáticos essenciais”, segundo o programa museológico (“Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia”) estabelecido para o Museu;



- a3) abertura ao público da nova área expositiva da Ala Poente do Piso Superior;
 - a4) negociação com o Museu de Marinha do uso do pátio interior (acesso pela “Torre Oca”), para aí instalar, no subsolo, as áreas constantes do projecto de arquitectura e, à superfície, realizar um espaço de fruição social, segundo programa eventualmente conjunto;
 - a5) início da obra nos blocos anexos à nave principal (bloco de escada e bloco da exposição “Tesouros da Arqueologia Portuguesa”), destinados a serviços internos, dos pisos enterrados no pátio, destinados a reservas e das torres adjacentes a “Torre Oca” - o que implicaria o encerramento temporário do respectivo espaço de esplanada e mini-bar;
 - a6) início da obra da área de caves no pátio interior;
 - a7) transferência das reservas e dos serviços para os espaços respectivos;
 - a8) abertura ao público da área do pátio interior;
 - a9) esvaziamento completo da Ala Nascente do Piso Superior (desmontagem de gabinetes de trabalho), por forma a nela instalar um segundo bloco de “núcleos temáticos essenciais”, segundo o programa museológico (“Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia”) estabelecido para o Museu.
- b) ou não existem condições para realisticamente garantir quando poderão começar tais obras de fundo - e neste caso defendemos que o reaproveitamento dos espaços do Museu se inicie desde já, sem mais delongas, segundo outra perspectiva estratégica. A ser assim, o escalonamento de prioridades de intervenção no Museu poderia ser o seguinte:
- b1) arranjo sumário da “Torre Oca”, de forma a fazer dela um espaço expositivo polivalente;
 - b2) negociação com o Museu de Marinha da utilização, conjunta ou não, do pátio interior (acesso pela “Torre Oca”), preferencialmente destinado a instalação de uma esplanada e mini-bar;



- b3) arranjo do bloco de escadas de acesso ao Piso Superior (reboco das paredes, pintura... eventual instalação de elevador de grande transparência, para utilização pública, designadamente de deficientes);
- b4) esvaziamento completo da Ala Nascente do Piso Superior (transferência de serviços, desmontagem de gabinetes de trabalho, etc.), por forma a nela instalar um primeiro bloco de “núcleos temáticos essenciais”, segundo o programa museológico (“Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia”) estabelecido para o Museu;
- b5) adaptação a “sala educativa”, da sala anexa ao bloco de escadas, sita no Piso Superior;
- b6) esvaziamento completo do Piso Superior do bloco anexo ao bloco de escadas actual carpintaria e depósito de material museográfico), por forma a nele instalar um conjunto de “núcleos temáticos essenciais”, segundo o programa museológico (“Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia”) estabelecido para o Museu.

É óbvio que esta segunda opção representa, na realidade, uma “não-opção”, ou seja, uma solução de recurso que deixa por resolver todos os problemas de fundo do Museu e lhe não permitirá atingir a expressão pública (designadamente em termos de áreas expositivas) que o seu acervo e a sua história lhes exigem. Todavia, sempre será melhor adoptá-la do que persistir na situação actual de um museu reduzido à apresentação de mostras temporárias no piso térreo, defraudando a expectativa de visitantes e o brio profissional dos seus funcionários.



2. Colecções

2.1. Antecedentes

Como é do conhecimento geral, o acervo do MNALV é constituído por uma imensa quantidade de colecções muitíssimo diversificadas, reunidas ao longo de um século, a partir de origens diversas:

- as colecções iniciais do fundador e as que, à data da fundação, o Governo determinou recolher no Museu (está neste caso, principalmente, a colecção que Estácio da Veiga reunira na perspectiva da realização de um “Museu do Algarve”);
- as colecções entretanto reunidas pelos sucessivos directores, funcionários e colaboradores do Museu, segundo programas de prospecção e escavação próprios (estão neste caso, por exemplo, as vastíssimas colecções resultantes da actividade de campo de Manuel Heleno);
- as colecções adquiridas para o Museu, pelo orçamento do próprio ou de outros serviços do Estado (estão neste caso algumas das peças de ourivesaria pré-romana e romana);
- as colecções transferidas para o Museu, a partir de outros departamentos do Estado (estão neste caso as colecções reais de arqueologia, entradas no Museu na sequência da implantação da República);
- as colecções doadas ou legadas ao Museu, por coleccionadores privados;
- enfim, as colecções resultantes de trabalhos arqueológicos dirigidos por investigadores que, por iniciativa própria ou por determinação superior, as depositaram no Museu.

Acresce a toda esta origem diversificada, um igualmente variado âmbito temático, já que a inicial concepção da instituição como “Museu do Homem Português” conduziu a aceitar recolher nele todo o tipo de testemunhos materiais arqueológicos e etnológicos. Mais tarde, quando o MNALV se converteu definitivamente em Museu de Arqueologia, nem por isso diminuiu a quantidade e a variedade de colecções nele recolhidas, porque a instituição se transformou então no único local no País onde, durante décadas, se realizou uma actividade arqueológica de campo sistemática, consistente, abarcando a totalidade dos períodos tradicionalmente estudados pela arqueologia.

Finalmente, para além dos aspectos históricos e disciplinares enunciados, deve assinalar-se que a própria natureza dos materiais arqueológicos conduz à constituição de acervos com características particulares, radicalmente distintas das que predominam em museus de arte, por exemplo. Com efeito, a esmagadora maioria do acervo do MNALV é composto por objectos, quase sempre fragmentos, de valor museológico muito pequeno ou nulo - mas de valia científica e



patrimonial relevante, por vezes grande. Daqui resultam problemas muito próprios em domínios tais como: organização de reservas, acondicionamento e arrumação, inventariação. Esta última, em especial, coloca dificuldades e suscita opções muito próprias. Com efeito, seria totalmente inapropriado, por paralisante ou até impróprio do ponto de vista científico, pretender fazer do inventário das colecções a grande e obsessiva prioridade da acção do Museu. Primeiramente, porque é discutível que os milhares, ou dezenas de milhares, de resíduos de sílex, fragmentos de cerâmica, ossos animais, etc., de um qualquer sítio arqueológico devam ser considerados, cada por si, como “objecto de museu”, sujeito ao mesmo tipo de inventariação (descrição individual, fotografia, etc.) aplicável a peças de individualidade e valorização social bem estabelecidas. Depois, porque mesmo se o fossem, jamais no horizonte de várias gerações se atingiriam níveis expressivos de inventariação de tais colecções, nos moldes indicados. Há, pois, que fazer opções em matéria de inventariação que começam na definição do sistema aplicável, passam pela definição de graus de profundidade e exigência descritiva diferenciados, e terminam no estabelecimento de prioridade e de um modo de operação sensatos, baseados na conjugação dos esforços desenvolvidos pelo próprio Museu, aquando da preparação de exposições, e pelos investigadores em geral, a quando do estudo das colecções.

2.2. Organização geral

As imensas e diversificadas colecções arqueológicas do MNALV foram objecto, a partir de 1980, de um vasto programa de reordenamento, baseado no princípio geral da reunião dos espólios por sítios arqueológicos de proveniência (foram identificados, até ao momento, 2633 sítios), de que resultou a denominada “Reserva Geral de Arqueologia”. Tão grande número de sítios (repartidos por cerca de 6.000 contentores), tornaria difícil uma arrumação física por ordem alfabética, pelo que se optou por codificar numericamente (e de forma aleatória) cada sítio e arrumá-lo sequencialmente. Actualmente, esta Reserva encontra-se no Piso Térreo do Museu, Ala Poente, sendo instalada em estruturas metálicas que aproveitam ao grande pé direito da nave e permitem por isso uma extraordinária compactação. Os materiais nela reunidos são os que constituem, em termos quantitativos, a esmagadora maioria do acervo e não colocam problemas de conservação muito particulares (objectos de pedra, cerâmicas, etc.).

2.1.1. Sistema de núcleos e reservas

Para além da Reserva Geral de Arqueologia, outros núcleos foram constituídos, tendo em conta quer a especificidade e coerência de determinadas colecções, quer necessidades próprias de climatização, segurança ou adequação em reserva. Assim, as restantes colecções do MNALV foram organizadas da seguinte forma:



- Colecção de artefactos metálicos
- Escultura
- Mosaicos
- Ourivesaria
- Epigrafia
- Numismática e Medalhística
- Materiais orgânicos
- Reserva Lapidar
- Antiguidades Egípcias
- Antiguidades Greco-italicas
- Antiguidades extra-europeias
- Legados e Doações
- Reserva de Ânforas
- Réplicas e Moldes

2.1.2. Sistemas de inventariação

Já acima se fez referência às implicações que, em matéria de inventariação, suscitam as particularidades próprias do tipo de acervo que o MNALV guarda. Trata-se de uma gravíssima questão, sempre sentida ao longo da história da instituição. E a verdade é que se acumularam com o tempo neste domínio experiências e opções de tal modo variadas que, ao iniciar-se em 1980 a actual fase da vida do Museu, se podia verificar o paradoxo de a uma enorme multiplicidade de sistemas de inventariação corresponder afinal uma ínfima quantidade de colecções inventariadas. Sem tentar fazer o historial dos sistemas de inventariação antigos, apresenta-se em breve síntese as suas etapas mais significativas.

Os mais antigos inventários do MNALV são constituídos por 2 livros de entradas, o primeiro dos quais se iniciou em 1906, por Leite de Vasconcelos, e o segundo em 1951, por Manuel Heleno. Neles estão registadas 8.248 entradas sequenciais de peças, por dia/mês/ano. Essas mesmas peças foram marcadas com a indicação E.(entrada) a que se seguia o respectivo número (por exemplo E. 1265). No entanto, o terceiro e último livro de entradas, iniciado em 1974, pelo Dr. Manuel Viegas Guerreiro, e que vigorou até 1978, alterou a lógica anteriormente seguida, optando-se por um sistema tripartido de data/nº/nº (por exemplo 74/1/1). Refira-se no entanto que durante os 4 anos de vigência deste sistema foram muito escassas as colecções que deram formalmente entrada no Museu, através deste tipo de registo. Este livro foi encerrado em 15/10/1981 pelo Dr. Francisco Alves.



Para além destes 3 livros de entradas, existe o Inventário Geral, composto por verbetes individuais de peça, numerados de 1 a 75.000, onde se registou a designação, descrição, proveniência, dimensões e modo de aquisição das peças. Deste ficheiro antigo desapareceram cerca de metade das fichas, e nunca foram encontradas peças com numeração superior a 60.000. Daqui resulta que temos milhares de peças marcadas, mas às quais falta a respectiva ficha ou verbete, tendo-se por isso perdido toda a informação respeitante a essas peças e milhares de verbetes de que não se encontraram nunca as respectivas peças (porque não chegaram a ser marcadas ou porque desapareceram).

Em complemento deste inventário geral, foram criados outros de menor dimensão: um desconhecido inventário numérico marcado a vermelho nas peças, da ordem das centenas, de que não existem verbetes ou livro, e de que apenas se pode presumir poder pertencer às colecções de Estácio da Veiga, por alguns dos seus números estarem marcados em peças daquela colecção; um outro inventário marcado a vermelho, em que o número aparece precedido da letra E: e que se presume pertencer às colecções doadas pelo Rei D. Luís; um inventário específico e respectivo ficheiro de verbetes, respeitante à colecção de ourivesaria, iniciado por Leite de Vasconcelos e continuado sucessivamente por Manuel Heleno e D. Fernando de Almeida.

Nos finais da década de 70 assiste-se, por parte da equipa de conservadoras do Museu, a uma tentativa de solucionar as grandes lacunas de inventariação das colecções, só que, não tendo, aparentemente, havido consenso sobre a metodologia a utilizar, foram simultaneamente seguidos critérios diversos, de que se apresentam alguns exemplos: 1/TE/79 (inventário dos materiais do *Tholos* do Escoural); 54/79 (inventário do Castro da Azougada); 10.001 (inventário da *Villa* de Torre de Palma); 10.002 (inventário da necrópole de Torre de Palma), etc.

Perante esta situação havia que conceber *mais um sistema*, que se revelasse adequado àquilo que foi considerado como uma das tarefas prioritárias do Museu que se pretendia renovar a partir de 1980: a actualização do livro de entradas e a inventariação sistemática das largas centenas de milhar de objectos que constituem os fundos da Instituição, ao mesmo tempo que tentaria integrar todos os anteriores registos. O gigantismo de tal tarefa só se poderia concretizar com o concurso de várias equipas internas e externas ao Museu, a trabalhar em simultâneo diversas colecções.

O sistema adoptado na altura (1980) e em vigor até ao momento, permite que estas duas acções se conjuguem, atribuindo-se **um mesmo número** a uma peça que dá entrada no livro respectivo, que a seguir se inventaria em ficha própria e que finalmente se marca no objecto. Foi utilizado um sistema que define os 3 primeiros algarismos para o ano de registo de entrada/inventariação, separados por um ponto do segundo conjunto de algarismos que definem a proveniência do espólio (lembra-se que as reservas do Museu se organizam em torno de sítios



arqueológicos e não de peças isoladas) e finalmente um terceiro conjunto de algarismos que individualiza cada peça ou fragmento dentro do seu conjunto. A título de exemplo imagine-se que o espólio de uma anta constituído por 1 vaso de cerâmica, 1 placa de xisto e 1 fragmento de lâmina de sílex, foi o primeiro a ser registado e inventariado em 1996. Obteríamos então a seguinte sequência: 996. (ano de inventariação) 1. (anta de Pavia) 1. (vaso de cerâmica); 996.1.2 (placa de xisto); 996.1.3 (fragmento de lâmina de sílex).

Deste modo, pretende-se ir completando o Inventário Geral de Arqueologia, organizado em torno das estações arqueológicas. Mas outros ficheiros temáticos de colecções, ou catálogos têm vindo a ser criados, dando preferência a núcleos de grande individualidade e onde as peças neles integradas possuem uma valorização social (científica, museológica, patrimonial... mesmo pecuniária) própria: Escultura romana, Bronzes figurativos, Epigrafia latina, Ourivesaria, Mosaicos.

Em síntese deve reconhecer-se que a área do inventário é talvez a mais negligenciada e carenciada de programa próprio em toda a história do Museu, inclusive nos últimos anos. E isto por uma razão prática simples, porém inultrapassável: se o tempo mal chega para fazer face aos pedidos de estudo de colecções, colocando os materiais ao dispor dos investigadores, e para preparar as sucessivas exposições temporárias, como poderia ele ser suficiente para proceder ao inventário sistemático das colecções? Mais grave ainda é a circunstância de o trabalho de registo e inventariação já realizado correr sérios riscos, se não for acautelada a sua integridade física, limitando o acesso de pessoal não autorizado. Urge arrumar ficheiros, anotar anomalias, definir critérios de consulta e definir objectivos e programas.

A estas tarefas acresce o Programa de Informatização do Património Móvel dos Museus, normalmente designado por Programa MATRIZ, que foi definido como objectivo prioritário por parte da anterior Direcção do IPM. Neste ponto, as colecções em curso de informatização são: a colecção de Ourivesaria; a colecção de Faiança (em fase de conclusão); a colecção Árabe; as colecções do MNALV publicadas incluídas na exposição “Lisboa Subterrânea”. Pretende-se continuar esta inventariação com as colecções incluídas nas exposições “Idade do Bronze - discursos de Poder” e “De Ulisses a Viriato - o primeiro milénio a.C.”, assim como as exposições que se sucederem.

2.3. Situação actual de cada reserva

2.3.1. Reserva geral de arqueologia



Apresenta-se actualmente em fase de arrumação intensiva e extensiva, recebendo muitos materiais que se encontravam dispersos por outras áreas de trabalho, especialmente nos gabinetes de investigação externa, sendo de fundamental importância constatar se as estruturas de contentorização existentes estão devidamente dimensionadas para receber este tão grande acervo.

2.3.2. Reservas de escultura, epigrafia, mosaicos e lapidar

Trata-se das reservas mais dispersas e mais difíceis de organizar e arrumar, dada a dificuldade de movimentar grande parte das suas peças. A maioria encontra-se no piso térreo da ala poente, sob as estruturas de arrumação da reserva geral, em deficientes condições de acesso e manuseamento, com os graves riscos que decorrem sempre que se torna necessário proceder a qualquer acção de estudo, fotografia, limpeza etc.

Por escassez de espaço interno, uma grande quantidade de peças encontra-se provisoriamente (desde há pelo menos 16 anos) na chamada “cerca” ou pátio exterior, ao ar livre portanto, em condições de conservação difíceis de aceitar e compreender numa instituição vocacionada justamente para a sua preservação e salvaguarda.

A grandeza, mau estado de conservação e especificidade desta reserva requereria certamente o concurso de especialista em epigrafia latina, contratado para a realização do seu inventário e catalogação, em vista à edição de um catálogo, em termos idênticos ao que vem sendo feito no âmbito do programa de inventariação do património móvel.

A reserva de mosaicos merece uma especial chamada de atenção: tendo a quase totalidade da colecção sido removida para o Laboratório do Museu Monográfico de Conímbriga, para restauro, é necessário providenciar uma área adequada de reservas, no Museu, tendo em vista as novas condições físicas em que regressam - suportes leves mas frágeis em resinas sintéticas e dispositivos para suspensão. Ainda não foram estudados nem o local nem as condições de reserva destes materiais e refira-se que já começaram a chegar ao Museu alguns mosaicos restaurados, que urge acondicionar e proteger.

2.3.3. Sala Seca

Trata-se de uma sala climatizada destinada a conservar as espécies metálicas das colecções de Arqueologia e desde há alguns anos, também, as de Etnografia. Encontra-se superlotada e desarrumada, tendo ficado interrompido desde há vários anos o trabalho de inventário específico e embalagem em esferovite, daqueles materiais.



Dentro desta reserva guarda-se a colecção de numismática em armários e tabuleiros próprios. Foi sumariamente inventariada pelo Dr. António Faria, que forneceu ao Sector de Colecções uma cópia do seu trabalho. Através deste é possível saber o número, proveniência e local de arrumação dos numismas.

Já a colecção de medalhística se encontra totalmente desorganizada, por arrumar e inventariar ainda que sumariamente. Trata-se de uma colecção menor do Museu mas que conviria ainda assim resolver. Julgo que a solução mais adequada seria de convidar alguém interessado nesta área para fazer esse trabalho.

Tratando-se de uma área pequena, mas bastante bem aproveitada, em termos de espaço, conviria acautelar os materiais arqueológicos prioritariamente, uma vez que me parece que os materiais metálicos do Sector de Etnografia, maioritariamente constituídos por ligas modernas, resistentes e estáveis, estão a ocupar um espaço desnecessário naquela sala, talvez apenas por uma questão de espaço e não de necessidades climáticas específicas.

2.3.4. Sala Forte

Dentro da Sala Seca localiza-se a chamada Sala Forte do Museu. Nesta guardam-se as colecções de ourivesaria do MNALV, não expostas, bem como numismas em ouro. Assinale-se que também guarda os objectos em ouro e prata da secção de subaquática, de que conviria ter uma lista conferida e assinada.

2.3.5. Reserva das ânforas

A razão de ser desta reserva é apenas justificada pela volumetria das peças que a constituem, que tornam estas peças dificilmente arrumáveis na reserva geral de arqueologia. Esta reserva localiza-se no piso superior, estando até ao presente afecta ao Dr. Francisco Alves, que procedeu pessoalmente à sua instalação. Deverá ser revista, a verificando se não poderá ser melhor arrumada, de modo a ocupar menos espaço.

2.3.6. Reserva das colecções antropológicas

Localiza-se no piso superior, anexo à reserva das ânforas e deveria incluir a totalidade do rico acervo antropológico deste Museu: esqueletos dos concheiros do Sado, da Gruta do Escoural e de Carenque, etc. É actualmente uma das mais negligenciadas, estando as colecções dispersas pelo Laboratório de Conservação e Restauro (Projecto de investigação do Dr. Bruno Kauphman) e pela



sala dos depósitos (Escoural) e eventualmente Reserva Geral (Escoural, Carenque). Deveria ser reunida num só local.

2.3.7. Reserva dos materiais orgânicos e madeiras arqueológicas

Localiza-se no piso superior, anexa às colecções antropológicas e inclui os materiais da colecção egípcia não expostos e os materiais orgânicos das minas romanas de Vipasca.

2.3.8. Reserva de Etnografia

O acervo etnológico do MNALV é constituído por 7023 peças portuguesas e 522 peças ultramarinas. Correspondem na sua maior parte a recolhas e aquisições realizadas durante as primeiras décadas de existência da instituição, sob direcção do fundador e em cumprimento do plano museológico inicialmente traçado. Actualmente, esta colecção encontra-se arrumada em quatro reservas específicas (materiais orgânicos, materiais cerâmicos, materiais mistos e materiais metálicos). Todas as peças possuem verbete individual de identificação sumária (designação, descrição breve e dimensão). Alguns núcleos desta colecção foram já exaustivamente inventariados (caso da faiança), outros encontram-se em curso de inventariação e de introdução no programa MATRIZ (caso da arte pastoril).

2.4. Conservação e restauro

Um protocolo informal entre este Museu e o Departamento de Arqueologia do IPPAR, tem permitido que técnicos de conservação e restauro daquele Departamento utilizem as instalações laboratoriais deste Museu, com vantagens óbvias para ambas as partes, pois que nós temos instalações mas não técnicos e aqueles o contrário. As excelentes relações humanas existentes têm permitido que muitas das colecções do Museu tenham sido objecto de intervenção laboratorial, mas conviria fazer o ponto da situação, no que respeita à propriedade de equipamento, utensílios e produtos, bem como das colecções exteriores ao Museu que aqui dão entrada para tratamento.

Refira-se ainda o protocolo existente entre este Museu e a Escola Superior de Restauro, para utilização de instalações, equipamento e colecções. Actualmente, as instalações cedidas localizam-se no antigo Laboratório de Sedimentologia e Paleoecologia. Também a este respeito conviria que existissem inventários dos materiais e equipamentos em uso, do Museu e da Escola.

2.4.1. Espaços, pessoal e equipamento



Do que atrás ficou dito, ressalta que o Museu possui os espaços e equipamentos, mas não os recursos humanos necessários ao funcionamento de uma tão necessária estrutura de apoio. Retenha-se que a especificidade própria das colecções deste Museu, cujas espécies arqueológicas se apresentam, por norma, fragmentadas e fragilizadas, impedindo o seu estudo e divulgação, torna imperativa a existência de um laboratório.

2.4.2. Prioridades de trabalho

A definição de prioridades de trabalho neste sector estará obviamente dependente da satisfação de uma condição indispensável ao seu relançamento - admissão de técnicos de conservação de restauro - e dos programas de trabalho que a Direcção do Museu estabelecer, nomeadamente no que respeita às colecções arqueológicas que integrem futuras exposições, ou aos programas de investigação sobre colecções ou sítios, realizados internamente pelos técnicos do Museu, ou externamente, por investigadores nacionais ou estrangeiros, cujos projectos sejam considerados relevantes e oportunos, e como tal assumidos pela Direcção da Instituição.

2.5. Plano de actividades a curto e médio prazo

Da análise feita ao Sector de Colecções do MNALV, decorre que o seu plano de actividades se centrará, a curto prazo, na correcção das anomalias detectadas: arrumação e ordenação das diversas reservas e dos seus respectivos inventários, redefinição de normas e procedimentos para o sector, acompanhamento sistemático e rigoroso de todas as acções que impliquem a manipulação de espécies em reserva ou dos seus inventários.

Após estas acções e medidas normativas, dever-se-á proceder à elaboração de um programa de trabalho que defina as grandes prioridades de inventariação das colecções do Museu, tendo em vista, quer a sua divulgação, através de exposições, quer através de publicações em suportes tradicionais ou multimédia.

3. Acervo documental e biblioteca

3.1. Antecedentes

Para além da imensidade de colecções arqueológicas, e algumas etnográficas, a que já se fez referência no capítulo anterior, o MNALV possui também no seu acervo importantíssimos



núcleos documentais de tipo diverso: correspondência, livros antigos, manuscritos, álbuns de ilustrações, mapas e gravuras antigas, incunábulos.... e uma vasta biblioteca de cerca de 20 mil monografias e mais de 1600 publicações periódicas, objecto de grande procura por parte da população estudantil e dos investigadores. Alguns núcleos documentais encontram-se constituídos em legados, como os de José Leite de Vasconcelos, Estácio da Veiga ou Luís Chaves. Ainda recentemente foi entregue ao Museu um importante legado bibliográfico de Nuno Carvalho dos Santos e prevê-se que outros dêem entrada proximamente.

Para além da gestão de todo este património, o sector documental e de biblioteca do MNALV toma também a seu cargo o acompanhamento dos processos de edições do Museu, desde as mais didácticas, destinadas a venda ao público em geral (postais ilustrados, guias, réplicas...), até às mais especializadas, destinadas preferencialmente a estudantes universitários e especialistas já formados. Está neste caso a revista centenária do Museu, “O Arqueólogo Português”, a mais antiga e prestigiada revista arqueológica nacional e uma das mais conhecidas internacionalmente.

Sem exagero, pode dizer-se que o serviço prestado pelo MNALV ao país nesta área é pelo menos tão relevante e decisivo como o que garante nas outras duas dimensões tradicionais de qualquer museu (conservação de colecções e sua exposição). Deve, por isso, merecer idêntica atenção e não ser considerado como algo de secundário, senão de dispensável ou apenas tolerado. A revista “O Arqueólogo Português”, em particular, é um instrumento decisivo para a construção da imagem pública e afirmação do interesse social do Museu.

Deixando para o capítulo quinto do presente relatório a referência à problemática das edições, vejamos por agora as matérias relacionadas com a biblioteca e os fundos documentais.

3.2. Biblioteca

3.2.1. Gestão corrente

Grande parte da actividade que ocupa os dois funcionários actualmente afectos ao sector de biblioteca e fundos documentais (uma bibliotecária e uma técnica adjunta BD) é constituída por aquilo que se poderia designar por “gestão corrente”: carimbagem e registo de obras recebidas,



organização do sistema de recortes de imprensa que o Museu vem a assinar há longas décadas, correspondência com instituições, atendimento do público, fornecimento de fotocópias, vendas para instituições e utilizadores em geral, divulgação das actividades do MNALV, etc. Todas estas tarefas decorrem com o ritmo habitual, excepto no que se refere à carimbagem e registo de monografias. Neste caso, verifica-se um considerável atraso em dar as respectivas entradas, pois foi decidido optar pelo registo informatizado segundo o sistema PORBASE, adquirido pelo IPM. Como apenas a bibliotecária possui conhecimentos do referido sistema e o mesmo é de tal modo hermético que requer preparação prévia para a introdução de dados, torna-se praticamente inviável a introdução dos livros no computador. Assim sendo, uma das prioridades de trabalho futura neste domínio será a da formação da técnica adjunta BD no uso do PORBASE, assim como o recurso à utilização de estagiários, não remunerados, dos cursos de técnicos-adjuntos de bibliotecas - opção para que já foram feitos contactos prévios muito positivos.

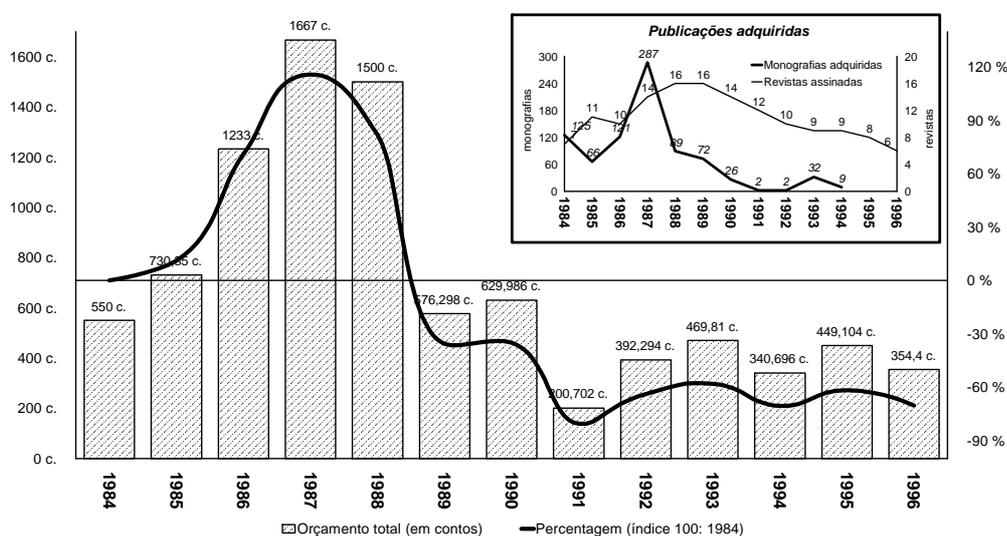
Ao nível da arrumação física do acervo bibliográfico, deve sublinhar-se que o crescimento das colecções de revistas tornou recentemente necessário dar início ao processo de rearrumação das publicações periódicas em depósito, tarefa que ainda se encontra em curso. Acresce que se verifica uma notória falta de espaço, circunstância que deveria levar à reflexão sobre se justifica a manutenção de permuta com algumas publicações, praticamente nunca consultadas como é o caso de revistas russas e eslavas, dos países nórdicos, etc. Ainda a este nível e mais uma vez por falta de pessoal, importa ter presente que a arrumação das espécies bibliográficas consultadas fica frequentemente atrasada, havendo acumulação de livros por arrumar, sendo por vezes necessário encerrar a biblioteca ao público durante uma semana para se poder proceder à organização do depósito.

3.2.2. Aquisições e permutas: evolução recente, situação actual

De acordo com o enquadramento estratégico indicado nos pontos anteriores, percebe-se bem a importância que adquirem os investimentos feitos com a aquisição de bibliografia para a biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. No quadro de um País com poucos recursos, a biblioteca do Museu continua hoje a ser, não obstante o desenvolvimento do ensino universitário, um dos principais pólos de leitura à disposição de estudantes de todos os graus de ensino, investigadores e público em geral. Prova disso é a sua intensa utilização, que só não é maior porque escasseiam as condições (em pessoal e instalações) para receber grande número de leitores ao mesmo tempo e porque, importa reconhecê-lo, o desinvestimento feito nos últimos anos em aquisição de bibliografia, tem provocado alguma erosão na actualização e boa imagem que tradicionalmente lhes eram associadas.



Museu Nacional de Arqueologia
**Evolução orçamental dos gastos
com aquisições bibliográficas
1984-1996**



O gráfico anterior dá bem conta do descalabro ocorrido na última década neste domínio. Em 1987, o Museu pôde adquirir 287 obras monográficas e assinar 16 revistas comerciais (que não aceitam o sistema de permutas); em 1996 adquirirá menos de 10 monografias e assina 6 revistas ! São números que falam por si.

Para que a biblioteca mantenha alguma ligação com a produção bibliográfica nacional e internacional, valem as ofertas e sobretudo as permutas de revistas com “O Arqueólogo Português”, actualmente na ordem das 300. No entanto, mesmo estas estão ameaçadas e começaram já a diminuir por recusa de permuta de instituições que se queixam de há anos não receber qualquer número da nossa revista.

Urge tomar medidas, se quisermos que o Museu Nacional de Arqueologia e o Ministério da Cultura, a que pertence, mantenham e cumpram os seus papéis de promotores da cultura neste domínio, através da facilitação do acesso dos portugueses à produção editorial especializada. Assim, considera-se imprescindível um esforço extraordinário traduzido em:



a) garantia da edição da revista “O Arqueólogo Português”, conforme adiante se desenvolve no ponto 5.3.7. do presente relatório;

b) dotação orçamental, para 1997, de um montante nunca inferior 2 mil contos, destinado à aquisição de bibliografia e sua manutenção em anos seguintes, mesmo que a nível um pouco mais baixo.

3.2.3. Trabalhos em curso e perspectivas futuras

Uma das linhas de trabalho mais fundamentais consistirá na progressiva informatização de todo o sistema de ficheiros da biblioteca do Museu. Para este efeito, para além de um oportuno reforço em meios informáticos, impõe-se facultar a formação adequada à técnica adjunta BD, inscrevendo-a no o curso de UNIMARC que funciona no Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro - o que presentemente implicaria uma despesa de cerca de 57.500\$00. A inscrição só poderá, todavia, efectuar-se em Janeiro, pois no corrente ano os cursos estão totalmente preenchidos.

Outra frente de trabalho urgente relaciona-se com os manuscritos antigos da biblioteca, adquiridos pelo Doutor Leite de Vasconcelos. Eles começaram a ser identificados e arrumados por técnico especialista (sr. Portugal), nas suas horas vagas, em regime de voluntariado. No entanto, essa tarefa foi interrompido nos últimos anos, por indisponibilidade do dito técnico que compreensivelmente tem de dar prioridade a trabalhos remunerados. Propõe-se, por isso, a realização de uma aquisição pontual de serviços ao sr. Portugal por um período determinado, a fim deste trabalho poder ser concluído. Salienta-se que se trata de um acervo desconhecido, mas tudo indica ser muito importante, o qual seria da maior oportunidade dar a conhecer aquando da edição do volume de centenário da revista do Museu.

Uma terceira frente de actividade regular é a que se prende com colagem e arrumação dos recortes de imprensa, tarefa que requer um acompanhamento permanente, sob risco de desorganização irreversível dos elementos recebidos semanalmente. Para este efeito, foi destacado em apoio do sector de biblioteca um técnico administrativo, que executa o trabalho em colaboração com uma auxiliar administrativa.

Um quarto domínio de actividade é o que se relaciona com a importante coleção de livro antigo (impressos até 1820) do Museu, ainda não identificada na sua totalidade. Neste caso, sendo desejável a publicação do respectivo catálogo impresso, impõe-se, pela tecnicidade do trabalho envolvido, a realização pela bibliotecária de um estágio no IBNL, pelo período de um mês, a meio tempo.



Outro plano de trabalho interrompido há anos, por falta de pessoal, prende-se com o plano de levantamento temático dos artigos das diversas séries da revista do Museu. Seria desejável retomar tal trabalho, com vista à elaboração de um artigo a incluir no volume do centenário da revista.

Finalmente, seria de considerar as seguintes propostas relativas a situações pontuais:

a) Promoção da venda de bibliografia repetida. Ao longo dos anos tem-se acumulado uma grande quantidade de livros duplicados, que nos foram enviados por diversas instituições e que ocupam uma estante completa, não havendo mais espaço disponível para o seu armazenamento, nem tão pouco nenhuma vantagem em os manter. Seria, por isso concebível, a exemplo do que fazem outras instituições congêneres no estrangeiro, realizar uma venda desses livros, cujo lucro reverteria para aquisição de bibliografia. Deveriam estudar-se as modalidades concretas de tal venda, a qual se poderia fazer coincidir com uma “feira do livro arqueológico”, tal como sugerido noutra ponto deste relatório;

b) Fixação de uma linguagem de indexação no domínio da arqueologia. Em 1994 foi solicitado, pelo IBNL, a colaboração da bibliotecária do Museu para integrar um grupo de trabalho com vista à elaboração de uma linguagem de indexação na área da arqueologia. Por condicionalismos vários ainda não se formou o grupo de trabalho. Parece-nos do maior interesse desenvolvermos todos os esforços para o rápido arranque deste projecto;

c) Encadernação de livros. Nos últimos anos, por falta de verba, foi interrompido o programa de encadernação das obras em mau estado, que urge reiniciar, reservando para o efeito uma verba própria no orçamento do Museu;

d) Horário da biblioteca. A falta de pessoal e atrasos dos diferentes programas de gestão corrente a ela ligados, levou o actual director do Museu, depois de empossado, tivesse, sob proposta da bibliotecária, tomado a decisão de alteração do horário de abertura ao público da biblioteca, passando esta a estar encerrada às 2^a feiras, para se poder proceder à arrumação sistemática das espécies consultadas e introdução de monografias na sistema PORBASE.

3.3. Legado do Doutor Leite de Vasconcelos

Entre o conjunto de fundos documentais escritos que ao longo do tempo têm ficado à guarda do Museu, conta-se, em primeiro lugar, o do Legado do seu próprio fundador, o Doutor José Leite de Vasconcelos. Trata-se de um legado muito vasto e diversificado, incluindo biblioteca, epistolário, manuscritos do autor e de terceiros, desenhos, recortes de jornal,



apontamentos vários, etc., etc. Desde sempre, tem sido preocupação dos sucessivos directores e quadros superiores do Museu dar o devido tratamento a tão rico espólio. Nos tempos mais recentes, tal tarefa foi tomada a cargo da bibliotecária, Dr^a Lúvia Cristina Coito, que elaborou um plano de actuação, publicado em “O Arqueólogo Português”, série IV, vol. 6/7.

Por insistência da citada funcionária na necessidade de reforço de pessoal para estas tarefas, especialmente depois de terminado o contrato de prestação de serviços para o efeito estabelecido anteriormente com duas investigadoras externas (Dras. Jane Tatoni Coelho e Helena Ramos), foi em 1992 solicitado apoio ao recém-criado IPM, que se prontificou a destacar para o Museu uma equipa de três técnicos superiores, sem ocupação definida, provenientes do Departamento de Etnologia do extinto IPPC (Drs. Eugénio Lapa Carneiro, Joaquim Roque Abrantes e Margarida Coutinho Gouveia). Deu-se então início a uma nova fase do trabalho neste Legado, a qual se previa estar concluída até finais daquele ano de 1992, mas na realidade ainda decorre.

3.3.1. Sistema de catalogação e arrumação

O sistema de catalogação e arrumação do Legado do Doutor Leite de Vasconcelos obedece ao plano definido pela bibliotecária Dr^a Lúvia Cristina Coito, embora se admita nele introduzir as correcções que a experiência for recomendando. Em linhas gerais, pretende-se obter uma plataforma mínima (arrumação condigna, organização simples e clara, dados informativos elementares) que permita, no mais curto prazo e uma vez obtidas instalações adequadas (uma sala exclusivamente destinada para este efeito), facultar a consulta pública regulamentada deste precioso Legado, constituído por documentos inéditos na sua quase totalidade.

3.3.2. Trabalhos realizados e perspectivas futuras

Sem pretender realizar neste texto, necessariamente breve, um historial detalhado da forma como o Legado do Doutor Leite de Vasconcelos foi abordado ao longo das décadas no Museu (veja-se o artigo de “O Arqueólogo Português”, da autoria da Dr^a Lúvia Cristina Coito, acima citado), situamo-nos apenas na fase do seu tratamento actualmente em curso. Como se disse, depois de constituída a equipa de técnicos superiores destacados do IPM, deu-se início ao plano anteriormente elaborado e já em curso de execução. Obstáculos vários (complexidade do tema, volume da documentação, dificuldades de relacionamento pessoal, não dedicação exclusiva a esta tarefa de todos os membros da equipa destacada, opções de trabalho discutíveis, carência de direcção, etc.) fizeram com que até hoje apenas se tenha avançado numa das componentes do Legado, o epistolário. Mesmo este, encontra-se ainda incompletamente organizado e quase totalmente por arrumar, nos termos constantes do plano inicial (a saber: protecção de cada



documento por papel “acid-free” e arrumação por conjuntos dentro de pastas de arquivo). Em contrapartida, foi desenvolvido pela Dr^a Margarida Coutinho Gouveia um poderoso e muito interessante sistema de gestão informatizado (baseado no programa “Access”), destinado a constituir bancos de dados interrelacionados, construídos a partir da informação retirada de cada documento epistolar.

Feita a avaliação do trabalho efectuado e sem pôr em questão o interesse futuro do tipo de tratamento informatizado já iniciado, determinou-se o regresso ao plano inicial de trabalho, na perspectiva de concluir até final de 1997 a organização e arrumação extensiva e elementar do Legado do Doutor Leite de Vasconcelos, sob direcção técnica da bibliotecária Dr^a Lúvia Cristina Coito. Não havendo carências especiais em matéria de material de uso corrente (papel “acid-free”, pastas de arquivo, etc.), esta inflexão de trabalho iniciar-se-á logo que esteja disponível um espaço de trabalho. Admite-se que a equipa envolvida, dois dos técnicos destacados do IPM já referidos, uma vez que o terceiro se reformou recentemente, deva ser reforçada em determinadas ocasiões. Procurar-se-á fazê-lo pelo recurso sucessivo a funcionários do Museu, colaboradores voluntários e, em último caso, aquisições pontuais de serviços.

Quanto à componente de biblioteca (livros, folhetos e separatas) deste Legado, ela passa, numa primeira fase, pela sua arrumação e fichagem - as quais se encontram praticamente concluídas. Nos últimos anos, uma auxiliar administrativa do Museu tem sido destacada para colocar em cada obra a respectiva cota, encontrando-se cerca de 40% dos livros já cotados. Este trabalho foi interrompido, devido a doença da respectiva funcionária mas, foi retomado recentemente.

3.4. Outros fundos bibliográficos e documentais

A prioridade conferida ao Legado do Doutor Leite de Vasconcelos, bem como a sua extensão, não deixam grande margem que, em simultâneo, se pense em tratar com idêntica profundidade outros legados históricos do Museu.

No entanto, relativamente a legados recentes ou em perspectiva próxima, torna-se obviamente indispensável proceder à sua inventariação elementar, de modo a que os mesmos possam ser legalmente aceites e, sendo caso disso, possam colocar-se à consulta pública. Encontra-se neste caso o legado do Doutor Nuno Carvalho dos Santos, arqueólogo recentemente falecido, cuja biblioteca foi integralmente ofertada ao Museu, pela sua esposa. Constituirá prioridade do sector de biblioteca em 1997 realizar o respectivo inventário, recorrendo para o efeito a colaboradores que graciosamente se ofereçam para o efeito ou, se imprescindível, às correspondentes aquisições de serviços.



3.5. Sector fotográfico

O arquivo fotográfico do Museu faz parte de um sector mais vasto relacionado com todas as solicitações para a realização de trabalhos fotográficos, em resultado da actividade do Museu e de solicitações exteriores.

Apesar de se dispor neste sector de um fotógrafo de arte, a maior parte dos registos fotográficos de maior qualidade sobre o acervo do Museu são executados por técnicos exteriores, nos últimos anos quase exclusivamente por equipas do Arquivo Nacional de Fotografia. Este facto justifica-se tanto pelas limitações pessoais e de equipamento do fotógrafo do Museu, como por indisponibilidade financeira para aquisição de materiais e execução de trabalhos laboratoriais.

No início dos anos 80, foi instalado no Museu um pequeno estúdio e laboratório de fotografia. Todavia, com o decorrer do tempo, o equipamento de estúdio e de laboratório do Museu tem-se vindo a degradar e hoje encontra-se em situação de quase inoperacionalidade. Se em relação à componente laboratorial tal degradação não oferece grande inconveniente, porque cada vez mais se impõe economicamente a vantagem da opção pelo recurso a laboratórios de revelação e impressão profissionais, já no que respeita ao equipamento de estúdio e algum equipamento fotográfico propriamente dito, urge repor condições mínimas de operacionalidade. Não se deve esquecer que, num museu de arqueologia, a parte quantitativamente maior do trabalho de fotografia traduz-se na obtenção de fotogramas de trabalho interno, de apoio à investigação ou registo sumário, os quais podem muito bem ser executados pelo fotógrafo da instituição. A opção contrária, a de fazer recair todos os pedidos de fotografia no Arquivo Nacional de Fotografia ou em qualquer outra entidade central, significaria um afunilamento tal de trabalho que rapidamente se revelaria catastrófico.

Quanto ao arquivo fotográfico propriamente dito, ele tem sido até ao presente gerido pela Dr^a Olinda Sardinha e passará no futuro a ser gerido pela Dr^a Maria José Albuquerque, por conveniência de uma mais equilibrada repartição de responsabilidades pelos técnicos superiores do Museu. A sua arrumação obedece ao seguinte sistema:

- P/b I (negativos de 35mm a preto/branco): hoje existem 21571 espécimes
- P/b II (negativos 6x6, 4x4, 7x4 e 4x6 a preto/branco): 2301 espécimes
- P/b III (negativos 9x12 a preto/branco): 711 espécimes
- P/b IV (negativos 13x18 a preto/branco): 2311 espécimes
- P/b V (negativos 9x6 a preto/branco): 894 espécimes
- P/b VI (chapas de vidro): 1464 espécimes



- Cor I (negativos de 35mm a cores):totalizam 756 espécies.
- Cor II (negativos de 6x6 a cores) : 31 espécies
- Cor III (diapositivos de 9x12 e 13x18 a cores): 504 espécies
- Cor IV (diapositivos 6x9 a cores): 213 espécies.

Como principais problemas com que se defronta este arquivo podem indicar-se:

- as condições de conservação dos espécimes nele guardados. Este facto é especialmente sentido pelos suportes antigos em chapa de vidro, de que o Museu possui uma importante colecção. A previsão da sua degradação acelerada aconselha a sua transferência no mais curto prazo para o Arquivo Nacional de Fotografia, desde que previamente garantidas duas condições: inventário, execução de negativos e provas de contacto em papel de todas as chapas, para ficarem no Museu; acesso franco do Museu às chapas referidas;
- quanto à passagem dos negativos a papel, a situação é a seguinte:
 - o arquivo P/b I foram encontra-se coberto na totalidade por provas de contacto, acondicionadas em folhas e dossiers específicos;
 - quanto aos arquivos P/b II , P/b IV e P/b V, o mesmo trabalho encontra-se muito incompleto, por ter sido interrompido em 1990;
 - o arquivo P/b V encontra-se totalmente por passar a papel
- quanto às necessidades deste sector, elas desdobram-se em três aspectos:
 - equipamento de arquivo. Estão neste caso bens como “dossiers”, folhas para negativos e caixas para acondicionar as folhas de contacto;
 - consumos correntes. Estão neste caso despesas de revelação e execução de contactos, compra de película fotográfica, papel de cenário, etc.;
 - equipamento fotográfico. Está neste caso a urgente necessidade de conferir de novo uma operacionalidade mínima às capacidades de fotografia de reportagem e de registo simples de motivos por parte do fotógrafo do Museu, o que implica a aquisição de algum material de iluminação e de fotografia (pelo menos duas objectivas para o corpo de máquina que o Museu possui);
 - informatização do arquivo. Torna-se necessária a elaboração de um modelo de ficha de inventário fotográfico informatizada e susceptível de cruzamento com o sistema de inventário geral das colecções.

3.6. Sector de desenho



Identicamente ao arquivo de fotografia, também o de desenho se inclui em sector mais vasto, dotado de um desenhador. Também aqui se verificam carências de equipamento (apresentadas no final deste relatório). Porém, a lacuna mais sentida é a de um segundo desenhador, como sempre existiu no Museu até à recente reforma de um antigo funcionário da instituição. Importa ter presente que o desenho reveste em Arqueologia o carácter de elemento documental primordial, em muitos mais importante do que a fotografia. No passado, o Museu teve ao seu serviço desenhadores ilustres, como Francisco Valença, Stuart Carvalhais, Roque Gameiro ou Dario de Sousa. Foi toda uma escola de desenho que passou e se formou no Museu.

Para além do desenho de peças, plantas e estruturas, os desenhadores colaboram na preparação de exposições e, de um modo geral, na elaboração de elementos comunicacionais (cartazes, avisos, etc.). Considera-se de grande importância preencher novamente o lugar de desenhador agora vago e perspectivar a hipótese futura de criar o lugar de “designer” gráfico no quadro de pessoal do Museu.



4. Programas expositivos a curto e médio prazo (1997-1999)

4.1. Antecedentes

Na sequência do que ficou expresso no primeiro capítulo, importa lembrar que todo o programa expositivo que nesta ocasião se pretenda traçar encontra-se condicionado pelas opções de fundo que vierem a ser tomadas em matéria de instalações. A elas acresce, como é natural, quaisquer eventuais propostas exteriores que, pela sua qualidade, oportunidade e condições de execução, mereçam o acolhimento do Museu e do IPM - como será o caso da exposição sobre “Vidros Romanos da Croácia”, previsivelmente recebida em 1998.

Nestes termos, passamos a apresentar um programa expositivo para os espaços actualmente disponíveis (piso térreo: ala nascente, ala poente, “torre oca”, “sala do tesouro”) e para os espaços que entretanto (1998 ?, 1999 ?) se deseja vir a ficarem disponíveis no Piso Superior.

4.2. Áreas actualmente disponíveis

4.2.1. Piso Térreo - Ala Nascente

Esta ala corresponde ao espaço onde têm decorrido as exposições temáticas anuais integradas no ciclo iniciado em 1995 com a mostra sobre a Idade do Bronze. Actualmente (1996, até Março de 1997) encontra-se aí instalada a exposição sobre a Idade do Ferro (“De Ulisses a Viriato - o primeiro milénio a.C.”). E foram já assumidos compromissos públicos para 1997 e 1998, a saber:

1997: “Portugal Romano - a exploração dos recursos naturais” (comissária científica: Adília Alarcão)

1998: “Portugal Muçulmano - os últimos sinais do Mediterrâneo” (comissários científicos: Cláudio Torres, Santiago Macias, Clementino Amaro).

Com esta última exposição encerra-se o ciclo do âmbito cronológico para que o MNALV se encontra especialmente vocacionado. Com efeito, muito embora as colecções do Museu contenham peças de períodos mais tardios, elas são pouco expressivas e correspondem a épocas que podem, com vantagem, ser observadas através dos acervos de outros museus. Abre-se, pois, a questão de saber qual a continuidade do programa expositivo neste espaço.



Atenta a ideia de base que tem presidido a estas exposições (fazer um ponto de situação actualizado sobre o respectivo período no nosso país) e os efeitos positivos que daí resultarão para os futuros núcleos temáticos de exposição permanente do Museu, julga-se que faria todo o sentido retomar o fio cronológico da história pelos períodos mais antigos que ainda não foram objecto de exposição deste tipo, a saber: Paleolítico e Mesolítico; Neolítico e Megalitismo; Idade do Cobre. Assim, sugerir-se-ia a seguinte exposição:

1999: “Portugal no tempo dos caçadores-recolectores” (comissários científicos: Luís Raposo e Ana Cristina Araújo).

4.2.2. Piso Térreo - Ala Poente

Esta ala corresponde ao espaço onde actualmente se encontra a exposição de legados e doações intitulada “Um gosto privado, um olhar público”. Trata-se de um espaço mais pequeno do que o da ala nascente, onde desejavelmente se deveriam instalar exposições mais ligeiras, porventura de duração mais curta (semestrais). É também o espaço onde, na impossibilidade de utilização da “torre oca”, se deve considerar um sector para um pequeno auditório (imprescindível ao programa regular de conferências e outras actividades culturais que o Museu vai promovendo ou propiciando que tenham lugar nas suas instalações).

Nestas condições, projectámos para este espaço um conjunto de exposições que dêem a conhecer ao público algumas das descobertas e estudos mais importantes da arqueologia portuguesa na última década. Trata-se de um objectivo tanto mais importante quanto, pelo desenvolvimento natural do País, têm sido raras as colecções arqueológicas modernas que deram entrada no MNALV, sendo importante que o Museu não subalternize o papel insubstituível que deve ter na sua divulgação. Com o interesse adicional de por esta via se alcançarem dois objectivos suplementares não despiciendos: a) redução de custos, uma vez que se tentaria que estas exposições fossem sempre co-financiadas e organizadas em conjunto com entidades terceiras (câmaras municipais, outros departamentos do Estado, etc.); b) reaproximação do Museu Nacional à realidade do País, estimulando o desejo de que certas colecções, pela sua relevância, possam estar representadas onde melhor servem o País, promovendo a sua imagem e, através dela, a das regiões e dos locais de origem.

Assim, propõe-se o seguinte calendário de exposições para esta ala:

1997 (2º semestre): O povoado fortificado de Leceia (em colaboração com a Câmara Municipal de Oeiras; comissário científico: João Luís Cardoso)



- 1998** (1º semestre): A citânia de Sanfins (em colaboração com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira; comissário científico: Armando Coelho Ferreira da Silva)
- 1998** (2º semestre): A gruta do Escoural (em colaboração com o IPPAR e IPA; comissário científico: António Carlos Silva)
- 1999** (1º semestre): A *villa* romana de Milreu (em colaboração com o IPPAR e IPA; comissário científico: Theodor Hauschild)
- 1999** (2º semestre): As antas da região de Reguengos de Monsaraz (em colaboração com a Câmara Municipal de reguengos de Monsaraz e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; comissário científico: Victor S. Gonçalves).

4.2.3. “Torre Oca”

As características especiais desta torre tornam-na numa peça crucial em qualquer programa expositivo do MNALV. Como virtualidades, ela possui: um ambiente facilmente escurecível; um enorme pé direito; um espaço em bruto, livre de quaisquer constrangimentos arquitectónicos interiores. Como limitações, ela apresenta: as paredes em tosco; o chão não arranjado; a localização em ponto de passagem obrigatória para o pátio interior. Nestas condições e enquanto não arrancar qualquer plano de reestruturação das instalações do Museu, que implique o aproveitamento do pátio interior (quando tal acontecer, todas as exposições deverão ter em conta a necessidade de passagem), recomenda-se a realização neste espaço de exposições que requeiram encenações museográficas mais complexas, tirando partido da luz. É também aqui que, sempre que possível, devem existir as condições de espaço necessárias à montagem de um auditório, quando conveniente.

Assim, sugere-se o seguinte calendário de exposições nesta torre:

- 1997:** Arqueologia do Vale do Côa (organização conjunta IPPAR/IPA/MNALV)
- 1998** (Janeiro-Abril): Vidros Romanos da Croácia (IPM/MNALV) *
- 1998:** Recriação de ambiente de mesquita (complemento da exposição sobre “Portugal Muçulmano” (IPM/MNALV)
- 1999:** Endovélico - o grande deus da Lusitânia” (MNALV; comissária científica: Manuela Coelho)

* - se necessário, esta exposição pode ser transferida para a Ala Poente, intercalando-se entre as que aí se encontram programadas

4.2.4. Sala dos “Tesouros da Arqueologia Portuguesa”



Embora esta sala se encontre bastante “envelhecida” (recorde-se que foi inaugurada em 1980) e devesse, com vantagem, ser totalmente reformulada, tal apenas se afigura adequado após uma definição clara das estratégias a seguir em matéria de instalações. Com efeito, a dar seguimento ao projecto de arquitectura actualmente em fase final de apreciação, este espaço será destinado a serviços internos do Museu.

Torna-se no entanto conveniente realizar algumas melhorias pontuais a curto prazo: reelaboração de legendas (as que existem, serigrafadas, encontram-se muito deterioradas; substituição dos panos interiores de algumas vitrinas, já muito debotados; etc.). Estas melhorias serão asseguradas pelo museu, à medida das possibilidades. A sala manter-se-á, pois, aberta ao público tal como está, vindo regressar as peças que actualmente foram deslocadas para a exposição “De Ulisses e Viriato”.

4.3. Áreas de expansão futura no Piso Superior

Mais do que quaisquer outros espaços do Piso Térreo, os do Piso Superior encontram-se fortemente condicionados pelas opções de fundo quanto a obras nas instalações do Museu. É, por agora, impossível determinar se a primeira Ala neste piso a ser liberta para exposições será a Poente ou a Nascente. E isto prejudica obviamente a definição de prioridades em matéria de preparação de guiões expositivos e colecções para aí expor. Em todo o caso, partindo o princípio, que parece adquirido, de que o Piso Superior do MNALV, todo ele, quando tal for possível, será consagrado à exibição de núcleos temáticos permanentes, segundo o disposto no documento “Bases para um programa expositivo e de remodelação de espaços do Museu Nacional de Arqueologia”, é talvez conveniente começar neste período (1997-1999) a definir uma linha museográfica global para os ditos núcleos, a qual pode prever a eventualidade da sua deslocação espacial ao longo das Alas. Neste sentido, torna-se necessário nomear quanto antes um arquitecto, desejavelmente em articulação com os arquitectos responsáveis pela intervenção global no edifício, que estabeleça um projecto museográfico-padrão, em íntima colaboração com os funcionários do Museu.



5. Edições

Como se sabe, a produção de material impresso, réplicas, objectos utilitários e toda uma vasta gama de objectos susceptíveis de, junto do visitante, prolongar o efeito e a recordação da sua visita e, através dele, atingir outros potenciais visitantes representa um dos sectores tradicionalmente mais negligenciados no universo dos museus portugueses. Assim é também no caso do MNALV.

Durante décadas, o Museu não dispôs mais do que alguns postais ilustrados e guias breves para fornecer ao público. Acrescentava-se-lhes, a revista “O Arqueólogo Português”, publicação que impunha uma certa “imagem de marca”, mas somente junto do universo dos leitores especializados ou minimamente interessados em temas patrimoniais e arqueológicos.

Na última década, sob direcção superior do IPPC/IPPAR e sobretudo depois da criação do IPM, fez-se um notável esforço de modernização neste domínio. O Museu possui já na actualidade uma oferta algo diversificada de produtos para venda. Porém, continuam a notar-se algumas debilidades antigas, como é o caso flagrante da falta de réplicas/objectos de uso comum de produção simples, pouco rigorosa, mas barata, para venda massiva a visitantes estrangeiros e público escolar. Paralelamente, surgiram lacunas onde antes elas não existiam: casos da não edição de guias breves (sistematicamente preteridos por catálogos exaustivos, indispensáveis, mas caros) e da irregularidade, quase abandono, da edição da revista “O Arqueólogo Português”.

Existe, pois, um largo caminho a percorrer no domínio das edições. Importa percorrê-lo com prudência, à medida dos meios financeiros e humanos de que dispomos. Sem que os esforços a desenvolver neste âmbito prejudiquem outros mais decisivos a longo prazo (instalações, reorganização de reservas, inventário de colecções, programas expositivos, etc.), esta é uma das prioridades de intervenção do Museu nos próximos anos.

5.2. Material actualmente disponível

Na actualidade, o MNALV possui para venda pública o seguinte tipo de edições próprias:

- postais ilustrados
 - para venda avulsa (80 motivos)
 - para venda em colecção (3 colecções)
- diapositivos
 - para venda avulsa (27 motivos)
 - para venda em colecção (3 colecções)



- t/ Shirts:
 - coleção egípcia (2 motivos)
- réplicas/objectos de uso utilitário
 - alfinete de cabelo
- réplicas de qualidade:
 - machado de pedra polida
 - moedas (24 para venda avulsa ou em colecção)
 - coelhos calcolíticos
 - escaravelhos egípcios
 - boi Ápis
 - busto de faraó
 - Osíris
 - Olho de Hórus
- objectos vários:
 - “pins”
 - borrachas
 - lenço de seda
 - chávenas

5.3. Novas edições

5.3.1. Postais ilustrados

A edição de postais ilustrados constitui um dos mais simples e economicamente vantajosos produtos que o MNALV pode fornecer ao público. Importa por isso seguir neste domínio uma opção liberal na edição de novos motivos e na reedição daqueles que se encontram esgotados ou próximo disso. Neste último caso estão designadamente:

- mosaico dos cavalos (que deveria originar um conjunto de 6 postais: vista geral do mosaico e um de cada um dos cinco cavalos nele figurados)
- enterramento da gruta do Escoural
- arrecadas e brincos
- colares entrançados
- brincos do tesouro da Borracheira
- bracelete em forma de serpente
- bracelete de Guimarães



- bráctea
- arrecada
- colar da herdade do Álamo
- deusa Fortuna
- guerreiro Lusitano
- olho de Hórus
- sarcófago de Irteriu
- pormenor do mesmo sarcófago
- crátera grega
- peliqué grega
- cabeça bifronte

Novos motivos deverão acompanhar as exposições que forem sendo realizadas.

5.3.2. Diapositivos

A edição de diapositivos constitui opção muito mais problemática do que a de postais ilustrados. Com efeito, o investimento necessário é muito superior, as vendas são muito inferiores, o tempo de duração dos motivos é menor (os diapositivos perdem com relativa rapidez a sua qualidade original) e o próprio processo editorial é mais complexo. Ainda assim, justificar-se-ia considerar a hipótese de editar novos motivos, a juntar aos que já existem, sobre as seguintes áreas temáticas, para as quais existem solicitações do público:

- Antiguidades Egípcias (9 motivos já seleccionados e fotografados)
- Tesouros da Arqueologia Portuguesa (idem)

5.3.3. Réplicas

A produção de réplicas para venda representa uma das mais universais, tradicionais e originais actividades dos museus. No caso do MNALV a oferta neste domínio é já alguma, mas deveria ser substancialmente alargada nas seguintes frentes:

- produção de maior variedade de réplicas de grande qualidade e preço elevado
- produção de réplicas de baixa qualidade e preço muito baixo
- produção de réplicas adaptadas sob a forma de objectos de uso utilitário
- produção de objectos artístico de uso utilitário, inspirados em peças do Museu.



Quanto às primeiras, importa antes de tudo repor “stocks” de peças há muito esgotadas (o que revela bem a sua procura...). Para o efeito, organizam-se neste momento os respectivos processos de consultas e obtenção de orçamentos. Seguidamente, produzir-se-ão novos exemplares, em complemento das exposições programadas. E procurar-se-á também realizar em formato considerável (30 a 40 cm) a peça que se pretender vir a constituir o *ex-libris* do Museu (o chamado guerreiro Lusitano).

Quanto às segundas e às terceiras, trata-se de aspectos em que as carências de oferta do Museu são mais gritantes. Nestes domínios, prevê-se a curto prazo realizar:

a) a edição massiva, em suporte económico (plástico) e escalas adequadas (pequeno e médio formato), da uma ou duas peças emblemáticas (exemplos: o chamado guerreiro Lusitano);

b) a edição de um objecto de uso comum, igualmente barato (exemplo: porta-chaves com a figura do guerreiro ou com uma moeda romana);

c) a edição de uma colecção de objectos, com adaptações de índole utilitária (exemplo: corta-papéis, a partir de punhal; brincos, a partir de pendentes; cinto, com fivela romana ou visigótica adaptada; etc.).

Finalmente, quanto à última categoria de objectos (peças de artista, contemporâneas, concebidas por inspiração de peças arqueológicas), encontra-se neste momento em apreciação uma proposta de uma colecção de objectos (anéis, braceletes, ganchos de cabelo, alfinetes, etc.) baseada em motivos da nossa ourivesaria pré-romana e romana. Oportunamente será posta à consideração superior esta edição.

5.3.5. Folhetos e guias

Uma das carências mais sentidas em matéria de produtos impressos é a quase ausência de edições de conteúdo mais ligeiro e preço mais económico do que os grandes catálogos de exposições, exaustivos, luxuosos e necessariamente dispendiosos.

Julgamos ser prioritário alterar este estado de coisas. Assim, demos já início, pelos nossos próprios meios (isto é, concepção e maquetagem próprias e duplicação por fotocópia) à realização de uma colecção de desdobráveis referente a exposições actualmente patentes ao público, informações gerais sobre o Museu, núcleos do acervo não exibidos, mas de grande interesse cultural e museológico, etc. É pouco e modestamente executado. Por isso trata-se de folhetos distribuídos gratuitamente. Mas constitui um primeiro passo numa direcção em que no futuro desejaríamos produzir as seguintes edições:



-reelaboração dos desdobráveis supra-mencionados e outros entretanto em preparação, executando-os oficialmente em melhores condições (tipografia, impressão a duas cores ou em policromia);

-edição de guias breves (20 a 30 páginas) ilustrados sobre as exposições temporárias previstas para a Ala Poente do piso térreo e “Torre Oca” (veja-se o ponto 4.2.2. e 4.2.3.);

-edição de uma brochura de grande originalidade (formato, maquetagem), dirigida ao público em geral, baseada nos materiais gráficos da antiga exposição permanente, “Portugal, das Origens à Época Romana” (mapas, desenhos, fotografias e pouco texto).

5.3.5. Maleta pedagógica

Sendo certo que um dos principais públicos visitantes do Museu é composto por estudantes dos ensinos básico (especialmente do 7º ano de escolaridade) e secundário (especialmente do 10º ano de escolaridade), seria da maior utilidade a organização de uma “maleta pedagógica” constituída por: conjunto de réplicas de objectos de diferentes épocas (desde a Pré-História Antiga até ao Período Árabe); opúsculo simples, com quadros sinópticos de integração crono-cultural e textos identificativos e contextualizantes de cada peça. Tudo isto bem acondicionado e colocado dentro de uma mala resistente (do tipo das malas de fotografia).

Uma tal maleta, para além de poder ficar à venda na loja do Museu e de servir a sessões do tipo “museu aberto” (divulgação do Museu nas escolas), deveria também ser negociada com os competentes serviços do Ministério da Educação, na perspectiva dela poder vir a equipar todas as escolas dos níveis de ensino visados, ou pelo menos algumas, numa primeira fase experimental.

5.3.6. Catálogos e monografias

Continuar-se-ão a editar catálogos exaustivos das exposições previstas para a Ala Nascente do piso térreo (veja-se o ponto 4.2.1.). Os mesmo serão previstos no âmbito da orçamentação feita para cada uma dessas exposições.

5.3.7. “O Arqueólogo Português”

A publicação da revista “O Arqueólogo Português” constitui seguramente o mais precioso serviço que o Museu Nacional de Arqueologia presta ao País no domínio editorial. Nunca é demasiado chamar a atenção para este facto. A revista em causa, fundada em 1895, constituiu-se ao longo do tempo na mais antiga e prestigiada revista arqueológica nacional, marcando em toda o Mundo uma “imagem de marca” da Arqueologia portuguesa. Nela são publicados estudos de todo



o tipo, nacionais e estrangeiros, desde a notícia simples sobre sítios ou objectos, até ao ensaio de fundo sobre uma qualquer época ou temática histórica. Entre os trabalhos publicados, dá-se obviamente preferência aos que se referem ao Museu, ao seu acervo e à sua história - mas de forma alguma se rejeitam quaisquer outros. A revista constitui, aliás, a única forma de corresponder a uma orientação definida aquando da autorização para o estudo das suas colecções: a da publicação prioritária pelo Museu dos resultados obtidos. Acresce que a revista representa a maior fonte de obtenção de bibliografia para a biblioteca do Museu. Mantem-se em vigor (com grande dificuldade dada a irregularidade de publicação da revista) um sistema de permutas com mais de 300 instituições que editam publicações congéneres. Se mais não fora, o mero ganho financeiro que este sistema de permutas representa bastaria para justificar o investimento feito com a publicação de “O Arqueólogo Português”.

Como é do conhecimento superior, assistiu-se nos últimos anos a um quase abandono da publicação da revista, cuja periodicidade anual deveria ser garantida a todo o custo. O último número publicado foi lançado em 1993 e refere-se a um volume duplo (artifício para tentar recuperar atrasos) correspondente aos anos de... 1988-1989 ! A situação criada tem merecido sucessivos reparos, críticas e tomadas de posição de protesto por parte de entidades nacionais e estrangeiras. As últimas, datadas já deste ano, tiveram origem na assembleia geral da Associação Profissional de Arqueólogos e nos “votos e recomendações” aprovadas no encontro “Cem anos de Arqueologia - o Arqueólogo Português”, organizado pelas Câmaras Municipais de Vila do Conde e Barcelos, precisamente em homenagem à revista e ao Museu.

Tendo há muito reunido os originais necessários à edição de mais um número da revista, triplo desta vez (1990-1992), o Museu finalizou neste momento o processo de obtenção de orçamentos para a sua execução, depois de ter recebido, da senhora Directora do IPM, no início do Verão, a indicação de que seria reservado o montante necessário à sua publicação (montante de cerca de 2400 contos, conforme os orçamentos que superiormente aconselhámos serem seleccionados).

Admitindo que esta disponibilidade corresponda a uma reavaliação da prioridade dada à publicação desta revista, preparámos o seguinte calendário de edição futura, de forma a que em 1999 se recuperem os atrasos acumulados do antecedente:

1996: edição do volume triplo de 1990-1992, acima referido e já em vias de ser entregue na tipografia:

1997: edição do volume triplo de 1993-1995 (volume do centenário)

1998: edição do volume duplo de 1996/1997

1999: edição do volume duplo de 1998/1999

2000: edição do volume simples de 2000 e retoma da regularidade de edição da revista



Deste conjunto de volumes, chamamos especialmente a atenção para o que se pretende editar em 1997. Tratar-se-á do volume comemorativo do centenário da revista (criada em 1895) e do centenário do próprio Museu (fundado em 1893). Será, por consequência, um volume especial, quer no que respeita ao tipo de artigos a solicitar, como quanto aos autores a convidar. Será ainda o volume em que, sem propriamente iniciar uma nova série da revista, que de momento não se nos afigura necessário (recorda-se que ela vai na sua 4ª série de publicação e que no passado houve a tendência de cada novo Director remodelar a revista, iniciando nova série), se realizarão todavia alguns arranjos gráficos e sobretudo de arrumação interna de assuntos (pretende-se criar secções, tais como: artigos de fundo, eventualmente sujeitos ao modelo anglo-saxónico de discussão e réplica dos autores; sítios e colecções; acervo do museu; vária, etc.). Pensamos lançar o processo preparatório da edição deste volume, logo que o de 1990-1992 dê efectivamente entrada na tipografia. Ou seja, pretendemos dar início ainda no decorrer do presente ano aos contactos visando o convite a colaboradores e a preparação interna de temas a incluir em tão emblemático volume.

5.4. Livraria

Na actualidade a quase totalidade das publicações em venda na loja do Museu constituem edições do IPM. Existem já algumas situações de consignação, a partir de editoras comerciais. Porém, muito limitadas. Julgamos que é adequado alargar esta modalidade (consignação), no âmbito disciplinar de que se ocupa o Museu (arqueologia), a exemplo aliás daquilo que é regra em museus congéneres estrangeiro e já acontece também em alguns museus do IPM (caso do Museu de Etnologia, para o domínio disciplinar respectivo).

Assim, projectamos organizar uma livraria arqueológica a localizar no átrio/recepção do Museu e mais exactamente, enquanto se mantiverem os espaços actuais, em qualquer (ou ambos) dos espaços actualmente desaproveitados, situados de cada um dos lados da entrada principal. Todavia, para que uma tal iniciativa seja viável é previamente necessário:

a) obter orientação superior quanto às modalidades dos acordos a praticar com as editoras a contactar;

b) definir nomeadamente se o processo de consignação continuará, como a até aqui, a ser centralizado no IPM, opção que se nos afigura demasiado centralista e provavelmente incompatível com a dinâmica que se pretende imprimir a esta iniciativa, ou se, uma vez definidos os princípios orientadores referidos na alínea anterior, poderá o Museu constituir-se em interlocutor directo das editoras a contactar;



c) adoptar o mecanismo de sinalização magnética para os livros em venda, instalando as correspondentes unidades de controlo magnético dos movimentos de entrada/saída no Museu (duas unidades, a colocar em cada uma das portas de vidro) ou somente no espaço de livraria. Adicionalmente, seria também de considerar a instalação do chamado “código de barras” para os livros e todos os restantes produtos em venda - o que implicaria dotar os meios informáticos do Museu do “software” necessário à elaboração das etiquetas com as barras e o apetrechamento da recepção com os mecanismos de leitura correspondentes, directamente ligados à caixa registadora.